

Reunião Colegiado Setorial de Culturas Populares e Tradicionais

PAUTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA COLEGIADO SETORIAL DE CULTURAS POPULARES - CNPC

DATA: 11 a 13 DE MAIO DE 2011

LOCAL: Fundação Cultural Cassiano Ricardo, Av. Olivo Gomes, 100 - Santana, São José dos Campos - SP

DIA: 11/07/2011

15h – ABERTURA

15h

ITEM I – ABERTURA DA SESSÃO

15h30 às 17h30

ITEM II – REUNIÃO DOS MEMBROS DA SOCIEDADE CIVIL

17h30 - ENCERRAMENTO

DIA: 12/07/2011

9h – MESAS REDONDAS CONGRESSO DO FOLCLORE

9h – 10h30

ITEM III – MR1 - Políticas públicas para o Patrimônio Imaterial da Cultura

Marta Porto - Secretária de Cidadania e Diversidade (MinC)

Sérgio Mamberti - Secretário de Políticas Públicas

Cláudia Márcia Ferreira - Diretora do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular

10h30 – 12h

ITEM IV – MR2 - O Patrimônio Imaterial da Cultura nas Constituições Brasileira e

Paulista

IPHAN

Deputado(a) Federal

ALESP

Âncora: Roberto Benjamin (PE)

14h – 15h30

ITEM V – MR3 - Convenção da Diversidade: Unesco e Plano Nacional de Cultura

Eliomar Mazoco (ES)

Ivo Benfatto (RS)

Rejane Nóbrega (DF)

Âncora: Nicholas Alexandria (RJ)

16h

ITEM VI – REUNIÃO DO COLEGIADO. PAUTA: SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS CULTURAS POPULARES

18h - ENCERRAMENTO

DIA: 13/07/2011

9h – REUNIÃO DO COLEGIADO

9h – 18h

ITEM VII – REUNIÃO DO COLEGIADO. PAUTA: PLANO SETORIAL DE CULTURAS POPULARES (Não foi discutido o Plano Setorial. No lugar desta atividade, foi escolhido pelos membros do Colegiado discutir a validação, ou não, da reunião entre este Colegiado e as Comissões Estaduais de Folclore e a Comissão Nacional de Folclore)

18h - ENCERRAMENTO

**Resumo da memória da Reunião Extraordinária do Colegiado Setorial de Culturas Populares
– 11 a 13 de julho de 2011**

Sugestões para Seminários:

Gil: Ressaltou a necessidade de uma política patrimonial para as culturas populares.

Mazoco: Propôs que as capacitações dos gestores públicos fossem realizadas anteriormente às outras pautas do seminário, durante o que chamou de “pré-seminários”.

Américo: Propôs a articulação com estados e municípios, envolvendo gestores públicos, para implementação do Plano Setorial para as Culturas Populares nos estados, considerando, para tanto, o contexto real de cada localidade. Para tanto, faltaria traçar metas, uma vez que este Plano Setorial já teria os programas e macro-programas definidos.

Manzatti: Comunicou que o público dos seminários deverá participar de editais públicos de chamamento/convocação, de acordo com as realidades dos respectivos segmentos.

Isaac: Sugeriu, como parte público-alvo dos seminários, o acréscimo do segmento de “educadores”.

Alessandro: Sugeriu que o Seminário Nacional seja realizado em Brasília, favorecendo, assim, o acesso dos participantes e a oportunidade de manifestações e pressões pelo encaminhamento de algumas leis que tramitam nas instâncias governamentais. Defendeu a inclusão do segmento da cultura digital; Questionou sobre a participação de outras instâncias governamentais, como o Ministério da Justiça, da Educação e do Meio Ambiente

Manzatti: Falou que o segmento “cultura digital” já está incluso; Falou que a articulação com outros ministérios já está prevista; Falou que serão distribuídos materiais de trabalho durante as oficinas, para acompanhamento das pautas; Sobre a publicação ao final dos seminários, disse que a intenção seria a de finalizar os planos setoriais, tanto o indígena como o de culturas populares, e, com relação aos outros segmentos, colocou a importância da organização de documentos, com seus respectivos encaminhamentos, visando sua publicação.

Graziela: Sobre o “Objetivo Geral”, sugeriu que fosse substituída a palavra “discussão” pela palavra “implementação”.

Ivo: Colocou sua preocupação com a superficialidade do seminário, diante da amplitude do público previsto. Neste sentido, propôs que o foco seja posto na implementação do Plano Setorial para as Culturas Populares; propôs a distribuição de materiais, com antecedência, aos públicos, visando a orientação dos mesmos; sugeriu a disponibilização dos Planos Setoriais para as Culturas Populares nas secretarias estaduais de cultura.

Cláudia Márcia: Falou sobre a necessidade de se reunir informações para montar um kit preparatório dos seminários: Um “PowerPoint impresso” sobre o histórico deste colegiado, sobre a história deste campo de estudos, sobre o Plano Setorial para as Culturas Populares; ressaltou a necessidade de se definir um foco estratégico para o encontro federal, o que, por sua vez, determinará o local de tal encontro; defendeu a redução do foco do projeto, buscando contemplar as demandas específicas das Culturas Populares.

Gil: Defendeu a existência de um espaço para apresentações culturais; Ressaltou a necessidade de se construir políticas junto aos municípios.

Rejane: Ressaltou a necessidade de dar continuidade a algo que foi construído anteriormente: O Plano Setorial para as Culturas Populares.

Mestra Doci: Reforçou a fala do Mestre Gil, sobre a necessidade de articulação com os municípios para implementação de políticas públicas de cultura.

Mazoco: Afirmou que há necessidade de estreitar o foco do projeto e de que este seja dedicado à implementação do Plano Setorial para as Culturas Populares.

Manzatti: Disse que a equipe do Ministério estaria presente no oferecimento de oficinas e seminários e que a coordenação destes seminários estaduais seria efetivada por parcerias entre estados, municípios, sociedade civil e MinC.

Jacildo: Reforçou a necessidade de se divulgar kits de introdução aos seminários; Sugeriu a apresentação do PPA relativo às ações voltadas para as Culturas Populares dentro destes seminários.

Aelson: Reforçou a necessidade de restringir o foco do projeto.

Manzatti: Pediu aos membros do Colegiado para que, no momento de comunicar sobre a realização dos seminários, que o façam sempre ressaltando as dificuldades financeiras para sua realização. De qualquer forma, colocou que a articulação com gestores estaduais já poderia ser iniciada, porém, ressaltou o cuidado de não divulgar a realização dos mesmos como algo certo, gerando expectativa que, por ventura, podem não serem cumpridas.

Sobre a Reunião do Colegiado Setorial para as Culturas Populares com a Comissão Nacional e as Comissões Estaduais de Folclore:

Manzatti: Falou que desconsideraria a reunião com a Comissão Nacional e as Comissões Estaduais para efeitos de trabalho interno do Colegiado, uma vez que, em seu entendimento, aquela havia sido uma reunião da bancada da sociedade civil com os representantes das Comissões Estaduais: “Eu não estou submetendo à votação. Está tomada a decisão. Não foi colocada a minha apreciação aos encaminhamentos deliberados. Se vocês quiserem discutir na lista de vocês os resultados, ata, encaminhamentos, formação de rede, tudo bem, isso é legítimo. Porém, não me peçam para incorporar isso nos trabalhos do Colegiado”. Neste sentido, pediu para que não se falasse em Colegiado quando o governo não estivesse presente. Sugeriu que as reuniões dos membros do Colegiado sem a presença do governo sejam chamadas de “reuniões da bancada da sociedade civil”. Falou que, inclusive, este encontro dos membros da sociedade civil, foi previsto neste encontro. Que isso era legítimo e normal.

Alessandro: Defendeu a validação da reunião entre Colegiado e as Comissões, ressaltando a importância que os encaminhamentos nela deliberados fossem incorporados à ata do Colegiado.

Jacildo: Solicitou ao Manzatti que reconsidere a sua decisão, no sentido de validar, definitivamente, a reunião entre Colegiado e as Comissões.

Gil: Manifesta sua insatisfação com a discussão sobre a validação ou não da referida reunião entre Colegiado e Comissões, uma vez que o Colegiado poderia estar avançado na pauta pré-determinada, pensando estratégias para implementação do Plano Setorial.

Ivo: Fala da importância da referida reunião entre Colegiado e Comissões, ressaltando a importância da apresentação das ações do Colegiado e do Plano Setorial, para, então, ver como estas instancias poderiam se apoiar mutuamente.

Rejane: Se posicionou contrariamente a invalidação da reunião entre Colegiado e Comissões, uma vez que nela foram retirados encaminhamentos efetivos sobre o Plano Setorial;

Sugeriu que o Alessandro fizesse a lista da Comissão junto com os 30 membros do Colegiado; Que os membros do Colegiado cobrassem da Simone, que é a Secretária da Comissão Nacional de Folclore, a memória da reunião; Que fosse cumprida a proposta de envio do Plano Setorial para as Comissões Estaduais.

Adelcimar: Manifestou seu posicionamento favorável à validação, por parte do Colegiado, da reunião com as Comissões.

Gil: Defendeu a incorporação dos encaminhamentos deliberados na reunião com as Comissões na ata do Colegiado.

Rejane: Disse que esta decisão cabe ao CNPC e que ela, pessoalmente, brigará para que a reunião seja validada como parte das atividades do Colegiado.

Manzatti: Devido à escassez de tempo, sugeriu o fechamento da reunião e o retorno ao ponto de pauta, referente ao trabalho de aperfeiçoamento para efetiva implementação do Plano Setorial, na próxima reunião ordinária do Colegiado, em setembro, numa provável reunião extraordinária em novembro ou dezembro e no espaço virtual, referente ao grupo de email da

Rede de Culturas Populares; Comprometeu-se em enviar o PPA, assim que este estivesse pronto, para todos os membros do Colegiado; Comprometeu-se em enviar o projeto do Seminário, já com a colaboração de todos, para os membros do Colegiado. Assim, cada membro poderia levar, para os respectivos governos locais, a proposta, levantando sugestões da melhor forma em cada estado.

Outros Assuntos

Rejane: Fez um apelo aos colegas para que estes leiam o Plano Setorial; Fez um apelo, direcionado ao Manzatti, pela criação de uma lista institucional.

Manzatti: Sobre o Prêmio Culturas Populares de 2009, Manzatti disse que o problema está parcialmente solucionado, uma vez que a estatal Furnas sinalizou positivamente para financiar, através da Lei Rouanet, o projeto. Neste sentido, solicitou ajuda dos membros do Colegiado para o esclarecimento junto aos Mestres e Mestras da situação, pedindo a eles um pouco mais de paciência.

Rejane: Ainda sobre o Prêmio Culturas Populares de 2009, cobrou do MinC um posicionamento formal, através de uma carta, comunicando, assim, a resolução do problema.

Manzatti: Disse que as cartas estão sendo elaboradas, já comunicando a sinalização positiva feita por Furnas, porém, que as mesmas deverão seguir o trâmite burocrático interno, de acordo com a Lei.

Alessandro: Solicitou à senhora Aline, representante do CNPC, a melhoria com relação aos processos de emissão de passagens e diárias.

Manzatti: Esclareceu que, desta vez, o CNPC não teve culpa, uma vez que as passagens e diárias foram providenciadas pela SCDC/MinC.

Isaac: Colocou o presente momento como oportuno para apresentação de iniciativas de criação e/ou de apoio à tramitação de marcos legais relacionados à preservação e proteção das Culturas Populares, tais como a Lei dos Mestres, o Benefício para Mestres de Cultura Popular e a Lei Griô.

Manzatti: Falou da necessária unificação das iniciativas, atualmente em Trâmite governamental ou em formulação, que buscam a valorização e reconhecimento de Mestres e Mestras de Cultura Popular: Lei Griô; Lei dos Mestres; Programa Pró-Capoeira e Registro dos Conhecimentos dos Mestres, ambos do IPHAN.

Mestra Doci: Como suplente do Mestre Zé Rolinha, solicitou que ele comunique com maior antecedência sua participação, ou não, nas reuniões do Colegiado, visando, assim, a maior representatividade possível deste órgão.

Fátima: Manifestou o seu desejo pela efetiva representatividade do Estado de Goiás dentro do Colegiado.

Isaac: Manifestou sua preocupação com o cumprimento dos encaminhamentos deliberados pelo Colegiado: “(...) nós dependemos muito do *feedback* que o Ministério nos dá”.

Rejane: Solicitou que as propostas de pauta, bem como as atas com os encaminhamentos, fossem divulgadas com maior clareza (sem se misturar a outros temas) e antecedência;

Manzatti: Falou que a ata da reunião passada ainda encontra-se em formulação, atendendo, porém, ao prazo do contrato firmado entre a empresa contratada para esta função e o CNPC.

Membros do Colegiado presentes:

Rejane Nóbrega; Jacildo Bezerra; José Ronaldo Menezes (Mestre Zé Rolinha); Graziela de Castro; Adalcimar dos Santos; Giordana Santos; Aelson Ferreira; Alessandro Cezar Araújo; Eliomar Mazoco; Gilberto Augusto da Silva; Isaac Farias Loureiro; Ivo Benfatto; Jacildo Bezerra; Júlio César Ferreira Gomes; Maria dos Anjos Mendes Gomes; Rosildo Moreira.

Convidados:

Fátima Paraguassú; Mestre Marcos;

Membros do Governo presentes:

Marcelo Manzatti (Coordenador-Geral de Culturas Populares e Tradicionais – SCDC/MinC); Ricardo Batista (SCDC/MinC); Raoni Machado (SCDC/MinC); Américo Córdula (SPC); Cláudia Márcia Ferreira (Diretora do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN)

MEMÓRIA DESCRITIVA

TARDE

Manzatti: Abriu a Reunião do Colegiado Setorial de Culturas Populares – CSCP dando as boas-vindas a todos. Em seguida, falou sobre o esforço feito para garantir a presença de todos ali, devido aos entraves burocráticos que o pessoal da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural - SCDC não estava acostumado. Entraves estes que não aconteciam na Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural - SID, já que as passagens e o pagamento de diárias eram feitos por outro setor, o que permitia mais tranquilidade no trabalho da equipe e a garantia da presença dos membros de diversos segmentos nos encontros e reuniões dentro de melhores condições: “Como o contexto mudou, estamos assumindo, pela primeira vez, a responsabilidade por toda a parte do trâmite necessário para que vocês possam estar aqui”. Neste sentido, pediu desculpas por algum equívoco que possa ter ocorrido e disse que a equipe da Secretaria estará comprometida em superá-los, se não durante a reunião, no mais tardar, até o final daquela semana. Falou da felicidade de estar na presença de mestres, como o Mestre Zé Rolinha, Mestre Gil, Mestre Aelson e todos os outros representantes de seus estados e regiões. Falou, também, da satisfação de estar na presença da Cláudia Márcia, do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP/IPHAN, que durante muito tempo foi o único órgão governamental que tinha a responsabilidade de trabalhar políticas para esta área, deixando um legado que, hoje, em companhia do Ministério da Cultura, deve ser ampliado. Neste sentido, falou da importância da presença da Cláudia para que esta pudesse passar a sua experiência e compartilhar as ações desenvolvidas pelo CNFCP/IPHAN.

Falou sobre as alterações de programação feitas pela organização do evento e, conseqüentemente, da necessidade de se modificar a pauta inicial do colegiado. Em seguida perguntou ao senhor Ivo Benfato, uma vez que ele está em contato com a organização do evento, sobre a programação e, especificamente, sobre a reunião com a Comissão Nacional de Folclore - CNF.

Ivo Benfato: Saudou a todos os presentes e disse que a reunião da Comissão, que aconteceria de manhã, em paralelo com as mesas, seria transferida para outro dia e horário, uma vez que os integrantes desta comissão deveriam estar na plenária, durante as mesas. Falou da proposta de uma reunião da CNF com o CSCP, pela manhã. Isso seria fechado na reunião interna da Comissão, naquela mesma noite. Sobre o encontro da CNF com este colegiado, disse que a agenda da Comissão no dia seguinte pela manhã seria adiada, para que esta pudesse se integrar à plenária e, na seqüência, esta se reuniria com o presente colegiado.

Manzatti: Diante do exposto por Ivo, Manzatti propôs que a pauta se modificasse: sugeriu a apresentação sobre a Lei Griô, a ser realizada pelos mestres ali presentes, pela manhã. Isto aconteceria até às dez e meia, horário em que a Comissão estaria na plenária. Em seguida a Comissão se juntaria com o presente colegiado.

Graziela: Sugeriu que a apresentação dos mestres fosse na primeira hora da tarde, para que todos os presentes pudessem acompanhar, pela manhã, a mesa com os colegas (Ivo, Mazoco e Rejane) e, então, a tarde, todos estariam presentes para a apresentação dos mestres.

Manzatti: Diante do exposto por Graziela, Manzatti, tentando resumir as sugestões feitas, recapitulou a proposta para a aprovação de todos. Disse: “hoje nós vamos discutir o Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares. Amanhã de manhã, no primeiro horário, vamos todos assistir a apresentação da Rejane, Mazoco e Ivo, lá no teatro, e, às dez e meia vamos nos reunir com a Comissão Nacional de Folclore pela tarde. Almoçamos todos e, no primeiro horário da tarde, viremos todos para cá ver a apresentação dos mestres sobre a Lei Griô. Durante todo o restante da tarde nos dedicaremos ao Plano Setorial para as Culturas Populares.” Perguntou se todos estariam de acordo e, diante da manifestação do Américo, passou a palavra a este.

Américo: Colocou a sua dificuldade referente ao horário de seu retorno à Brasília, no dia seguinte às dezoito horas. Neste sentido, propôs expor suas considerações sobre a sistematização do Plano Nacional de Culturas, para que, então, no dia seguinte os membros do presente colegiado trabalhassem em cima do Plano Setorial, cientes da atual situação do Plano Nacional. Colocou que sua apresentação deveria, inclusive, refletir nos encaminhamentos sobre o Seminário Nacional.

Alessandro: Fez uma reclamação, aproveitando que a reunião estava sendo registrada, relativa ao pagamento das diárias, uma vez que, segundo Alessandro, estas sempre entram no meio ou ao final do período de hospedagem. Colocou que esta não é a primeira vez que acontece isso. Em seguida, fez outra reclamação, agora referente à marcação de horário das passagens, uma vez que muitas pessoas teriam que deixar o encontro no dia seguinte por volta das quinze horas. Neste sentido, propôs que as passagens fossem marcadas de forma a permitir que os membros do colegiado pudessem aproveitar ao máximo os encontros.

Rejane: Saudou a todos os presentes e, tentando recapitular a última reunião do colegiado, disse ter entendido que, na presente reunião, deveria ter a finalidade de trabalhar as metas do Plano Setorial para as Culturas Populares e ter a interlocução com a Comissão Nacional de Folclore. Disse estar de acordo com a pauta, porém, ressaltou a importância da continuidade das reuniões, obedecendo aos encaminhamentos deliberados em cada uma delas. Neste sentido disse não ter entendido que, nesta ocasião, fosse ser apresentada a Lei Griô.

Graziela: Respondendo a reclamação da Rejane, Graziela lembrou que a proposta de pauta foi enviada, via email, para todos os membros do presente colegiado. Nesta proposta, disse Graziela, já estava programada a apresentação dos mestres sobre a Lei Griô.

Manzatti: Complementando o exposto por Graziela, disse que a proposta de apresentação do Seminário Nacional já havia sido deliberada na última reunião ordinária. Diante da ausência de manifestações sobre o tema, disse Manzatti, incorporou-se esta apresentação. De qualquer forma, lembrou que a proposta de pauta poderia ser alterada, como já foi, de forma a acatar as sugestões de nomes históricos da cultura popular ali presentes.

Mazoco: Disse apoiar a pauta e reafirmou a coerência da mesma, bem como a importância da apresentação do Seminário Nacional, uma vez que a interlocução com os representantes estaduais das Comissões Nacionais de Folclore tem a intenção de mobilizá-las para participação nestes seminários em seus respectivos estados.

Manzatti: Reafirmou, uma vez mais, que o Seminário Nacional é um encaminhamento público do Plano Setorial com os estados e o movimento também. Por isso, disse Manzatti, incluímos este ponto na pauta.

Dando seqüência, iniciou a apresentação do Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares e Tradicionais. Disse ser um “rascunho do rascunho”, uma vez que este seminário não foi apresentado nem para a sua própria equipe de trabalho. Neste sentido, afirmou a oportunidade do momento para críticas e sugestões. Disse que este será um seminário complexo, tanto pela amplitude do público a ser atendido (todo o público atendido pelo MinC, Palmares, SEPIR, Iphan, públicos do MDS e MMA e outros órgão com interface à cultura popular e tradicional) como pelo volume orçamentário, o que, segundo Manzatti, exigirá articulações estaduais e municipais, mesmo já havendo recursos destacados dentro da SCDC para a realização do mesmo.

Apresentação de slides.

Gil: Falou da necessidade de uma política patrimonial para as culturas populares. Citou o exemplo de São Paulo, onde o Jongo é a única manifestação registrada e com um plano de salvaguarda. Neste sentido, sobre o ponto da apresentação, relativo à necessidade da criação de marcos legais para a propriedade intelectual de conhecimentos e manifestações tradicionais, questionou sobre qual texto inicial seria trabalhado, uma vez que as necessidades de cada estado são únicas.

Manzatti: Lembrou que o Sistema Nacional de Cultura está em vias de ser aprovado (processo que foi atrasado devido a uma modificação feita no texto PROCULTURA, mas, de qualquer forma, falta apenas uma votação) e que o Seminário deverá ser realizado neste contexto.

Lembrou que o Sistema deverá receber a adesão dos estados e que estes trabalharão de maneira articulada com municípios e entre eles. Assim, as políticas construídas em nível federal deverão servir como modelo para os estados. O contrário, disse Manzatti, também poderá acontecer, tal como aconteceu com a Lei Griô, onde esta lei foi implementada primeiro em alguns estados e que, só agora, estão servindo de base para a formulação de um marco legal em nível nacional.

Zé Rolinha: Saudou a todos os presentes e, sobre a Lei Griô, questionou se a apresentação desta lei será realizada de maneira setorial em cada estado e município. Contou a história da implementação desta lei no município de Laranjeiras, SE. Por fim, perguntou se os mestres já agraciados por esta lei em determinado município, após a sua aprovação a nível nacional, poderiam participar, novamente, do processo de seleção, agora em nível federal.

Reafirmou a reclamação com relação à lentidão no pagamento das diárias e na organização do evento, feita, inicialmente, pelo senhor Alessandro. Denunciou, também, a ausência de uma comissão para receber os mestres ali presentes.

Continuação da apresentação

Mazoco: Manifestou sua preocupação, diante de tantas atividades, com a perda do foco. Propôs que as capacitações fossem realizadas anteriormente às outras pautas do seminário, durante o que chamou de “pré-seminários”. Falou, também, que, provavelmente, os públicos destes seminários preferirão encontros nas capitais, devido à facilidade de acesso. Ressaltou, na parte da apresentação referente às parcerias, a ausência dos parceiros da sociedade civil (associações, comissões, etc.), uma vez que defendeu que a parceria não seja unicamente com os governos municipais e estaduais.

Américo: Falou que o seminário está bem complexo e bastante diversificado. E que, também, já ocorreram dois seminários de políticas culturais para culturas populares, o que culminou na escolha de um representante do setor no Conselho Nacional de Políticas Culturais, um Colegiado e um Plano Setorial para as Culturas Populares. Neste sentido demonstrou preocupação com a mescla de segmentos em diferentes graus de institucionalização, o que pode gerar descompassos nos níveis de discussão. Disse que, se ele fosse pensar em um terceiro seminário de políticas públicas para as culturas populares, priorizaria a articulação com estados e municípios para implementação dos planos setoriais nos estados, envolvendo gestores públicos dentro do contexto real de cada estado. Neste sentido, colocou que, apesar de ser benéfico para outros segmentos, ainda não estão no mesmo grau de organização e institucionalização das Culturas Populares. Assim, estes seminários seriam prejudiciais para este último segmento. Colocou que o PNC tem 275 diretrizes, que o plano setorial já tem os programas e macro-programas (faltaria traçar as metas). Neste sentido, defendeu o planejamento de como este plano deveria ser implementado na ponta, ou seja, em cada estado. Por fim, criticou o tempo de duração dos seminários, dizendo que não se capacita gestores em três horas, uma vez que existem regiões no Brasil com baixo nível de capacitação dos gestores de cultura.

Manzatti: Ressaltou um ponto não dito durante a sua apresentação, referente ao público destes seminários: que este público deverá participar dos seminários através de editais

públicos de chamamento/convocação, de acordo com as realidades dos segmentos. Desta forma, ressaltou que os seminários não serão abertos a todos. A seleção feita através destes editais deverá selecionar pessoas, de acordo com a realidade de cada estado e com o público de cada segmento, mais aptas para o fim de capacitação e multiplicação dos conteúdos. Assim, após definir um número fixo de participantes de cada segmento dentro de um determinado estado, será analisado o perfil desta pessoa: quanto mais acúmulo de experiências, de trabalhos realizados, enfim, de comprovação de sua liderança, maior a chance de ser selecionado.

Isaac: Parabenizou ao senhor Manzatti pelo esforço na elaboração deste esboço. Sugeriu, na parte da apresentação relativa ao público-alvo dos seminários, o acréscimo do segmento de “educadores”, uma vez que estes são fundamentais dentro do universo das culturas populares e tradicionais. Manifestou sua preocupação, no mesmo sentido do dito pelo senhor Américo, com relação à amplitude do público a ser atendido. Disse haver pensado que este seminário trataria, de forma mais específica, das culturas populares, onde seria trabalhada a fusão de diretrizes, visando a sua aproximação com a realidade dos diversos contextos brasileiros, efetivando, de fato, políticas públicas para as culturas populares contextualizadas a cada expressão e compartilhadas entre entes federais, estaduais e municipais. Neste sentido, defendeu, naquele momento, a eliminação de algumas atividades no roteiro de programação, visando à priorização do Plano Setorial para as Culturas Populares. Ressaltou a necessidade de articulação com os estados para agendamento dos seminários, principalmente se responsabilizarem-se, junto com o MinC, pelo apoio financeiro. Por fim, problematizou que os encontros sejam em cidades do interior, uma vez que, em alguns estados, isso pode acarretar sérias dificuldades quanto ao acesso de grande parte do público.

Alessandro: Se referindo ao local do Seminário Nacional, sugeriu que o mesmo deixe de ser realizado no Rio de Janeiro ou em São Paulo, passando a ser realizado em Brasília. Defendeu a sua sugestão dizendo que a localização de Brasília favorece o acesso dos participantes e gera a oportunidade de manifestações e pressões pelo encaminhamento de algumas leis que tramitam nas instâncias governamentais, já que, segundo Alessandro, esta seria uma oportunidade única de reunir tanta gente com os mesmos interesses.

Se referindo ao público-alvo dos seminários, defendeu a inclusão do segmento da cultura digital, já que este é um segmento transversal a outros.

Questionou sobre a participação de outras instâncias governamentais, como o Ministério da Justiça, da Educação e do Meio Ambiente, na medida em que estes estão relacionados a questões culturais importantes.

Questionou sobre a existência de uma publicação dos resultados deste seminário.

Por fim, questionou sobre a existência de um palco aberto para apresentação de artistas das diversas localidades do Brasil.

Manzatti: Disse que o segmento da cultura digital já está incluso. Acrescentou que existe a intenção, inclusive, de atingir este público através da mobilização para participação nos seminários dos pontos de cultura dentro deste recorte.

Sobre a interface com outros ministérios, disse que isto já está previsto.

Sobre a existência de materiais de publicação, disse que serão distribuídos materiais de trabalho durante as oficinas, para acompanhamento das pautas. Sobre a publicação ao final dos seminários, disse que a intenção seria a de finalizar os planos setoriais, tanto o indígena como o de cultura popular, e, com relação aos outros segmentos, a organização dos documentos com seus respectivos encaminhamentos visando sua publicação.

Com relação à sugestão sobre o palco aberto para apresentação, disse estar de acordo.

Graziela: Solicitou o retorno à lâmina do “objetivo geral” do projeto. Questionou a frase “discussão sobre a implementação do Plano Setorial para as Culturas Populares”. Sugeriu que seja retirada a palavra “discussão” a ser substituída pela palavra “implementação”, visando não gerar a idéia de que o plano está sendo pensado agora. Manifestou, portanto, a sua preocupação com a continuidade do processo, buscando não cair em regressos quanto aos avanços já logrados.

Alessandro: Problematizou o horário de início dos seminários, oito e meia da manhã. Disse que isso poderá gerar o “esvaziamento” e a improdutividade do trabalho.

Ivo: Manifestou sua preocupação, seguindo a fala de outros companheiros, sobre a amplitude do público a ser atingido, bem como “do grande número de direções que o seminário apresenta”. Colocou que, diante destes fatores e do tempo disponível, “poderemos ficar na superfície”, deixando, portanto, de aprofundar temas importantes e dar continuidade ao que já foi produzido, como o Plano Setorial. Propôs que o foco seja posto na implementação do Plano Setorial. Falou que este plano, até então, é desconhecido de grande parte dos interessados. Contou a experiência do Rio Grande do Sul, onde foi realizado um seminário preparatório, em algumas cidades, para a Conferência Estadual de Cultura, que daria início ao Plano Estadual de Cultura e criação dos Colegiados Setoriais. Chegado o momento da Conferência, disse Ivo, “chegamos à conclusão de que teríamos que começar tudo de novo, e aquilo que fizemos em algumas cidades, deveríamos ter feito em todas as cidades.”. Isso fez com que, segundo Ivo, a Conferência não atingisse objetivo nenhum, já que houve muitas direções, criando um momento de demandas em vez de um momento de conhecimento de como os segmentos poderiam entrar no processo, efetivando encaminhamentos e gerando novos, de forma a avançar o processo já iniciado naquele estado.

Neste sentido, propôs que sejam distribuídos materiais, com antecedência, aos públicos, visando a orientação dos mesmos. Disse que “não teria como elaborar Planos Setoriais Estaduais sem entender o todo, ou seja, o Sistema Nacional de Cultura, com sua interdependência dos sistemas estaduais e municipais”.

Sugeriu a disponibilização, por parte do Ministério da Cultura, dos Planos Setoriais para as Culturas Populares nas secretarias estaduais de cultura, uma vez que grande parte do público interessado não tem acesso a computadores.

Cláudia Márcia: Saudou a todos e reafirmou o que já foi dito, no sentido de preparar um material, tal como um “PowerPoint impresso” sobre o histórico deste colegiado, da história deste campo de estudos, a apresentação do Plano Setorial, compondo o que Cláudia chamou

de um kit preparatório. Chamou atenção, seguindo a fala do senhor Américo, sobre o descompasso existente entre alguns segmentos: “apesar de ser bacana compartilhar experiências de uns segmentos para outros, porém, não podemos parar um processo já avançado”.

Colocou, também, a necessidade de ser definido um foco estratégico para o encontro federal, onde deveriam ocorrer, segundo Márcia, investidas para legislação, se esta for a prioridade. Neste sentido questionou sobre quais são as prioridades. Colocou que isso é o que trará à tona a decisão sobre a melhor localidade para o encontro nacional.

Em suma, defendeu a redução do foco do projeto, buscando contemplar as demandas das culturas populares, onde atividades como a capacitação de gestores poderiam ocorrer nos estados onde existam efetivas condições para esta capacitação, uma vez que têm estados que não desejam esta capacitação, ou seja, “não querer ouvir”; e a confecção do “kit preparatório”.

Gilberto: Defendeu o espaço para apresentações culturais: “em todo encontro de cultura, tem que ter um tambor pra coisa fluir, afinal, ninguém é de ferro”. Lembrou da necessidade de se construir políticas junto aos municípios, já que os gestores municipais, segundo Gilberto, são os menos preparados.

Rejane: Reforçou a necessidade de dar continuidade a algo que foi construído anteriormente, referindo-se, principalmente, ao Plano Setorial. Lembrou que este é resultado de uma construção coletiva, fruto do acúmulo de discussões de diversos encontros iniciados ainda na gestão do Ministro Gilberto Gil. Registrou sua preocupação com relação aos encontros estaduais, ressaltando a importância do presente colegiado como intermediário para o protagonismo dos fazedores de cultura popular.

Mestra Doci: Apresentou-se e reforçou a fala do Mestre Gil, sobre a necessidade de articulação com os municípios para implementação de políticas públicas de cultura, tal como a implementação do Plano Setorial reforça. Relatou, através de uma experiência profissional que teve na Paraíba, sobre a dificuldade de comunicação com os prefeitos acerca de temas culturais, ressaltando a alienação dos mesmos com relação a estes temas. Relatou, ainda, que, imediatamente anterior aos seminários, irá ocorrer o Festival de Areia, na Paraíba, financiado pelo governo local. Isso poderia trazer dificuldades para realização dos seminário nesta região. Ficou, então, de apresentar esta proposta para os gestores responsáveis de sua região e trazer uma proposta de data que viabilize ambos os projetos.

Mazoco: Disse que parece haver um consenso sobre a necessidade de estreitar o foco do projeto e de que este seja dedicado à implementação do Plano Setorial, visando à continuidade de um processo já iniciado e evitando o surgimento de propostas já trabalhadas. Para que não apareçam as mesmas coisas, disse Mazoco, “precisamos apresentar os resultados do que foi proposto, o que foi feito até agora”. Neste sentido, defendeu, uma vez mais, a existência de pré-seminários de capacitação das lideranças culturais da sociedade civil. Disse que só existirá mobilização para capacitar gestores municipais se a sociedade civil estiver organizada e pressionando por esta demanda. Justificou o seu argumento dizendo que os

gestores municipais são transitórios, ou seja, podem cair a qualquer momento, enquanto a demanda por implementação do Plano Setorial deve ser algo transversal a qualquer gestão.

Jacildo: Questionou sobre a participação dos gestores do MinC no oferecimento das oficinas de capacitação e sobre a coordenação dos seminários nos estados.

Manzatti: Respondendo às inquietações do senhor Jacildo, respondeu que a equipe do Ministério estaria presente no oferecimento de oficinas e seminários e que a coordenação destes seminários estaduais será efetivada por parcerias entre estados, municípios, sociedade civil e MinC.

Jacildo: Questionou sobre a apresentação do PPA relativa às ações voltadas para as Culturas Populares. Disse que esta apresentação será de fundamental importância, uma vez que o povo está cansado de retórica e tem cobrado ações efetivas para levar a cabo a implementação do Plano Setorial. Reforçou a necessidade de se divulgar kits de introdução aos seminários, para subsidiar os participantes sobre a pauta destes seminários.

Aelson: Reforçou a necessidade de restringir o foco do projeto e alertou sobre uma situação particular em seu estado, Pernambuco: “finalmente foi criada uma secretaria estadual de cultura (...) em compensação, depois dos escândalos que aconteceram no passado, na FUNDARP, o governo do estado passou quase toda as ações para MPTur, que é o órgão de turismo do estado, e que não entende ‘bulhufas’ de cultura. Nós estamos sofrendo com isso. Quando vocês forem fazer esta ação lá, tenham especial atenção por consequência do andamento posterior, para que tenhamos um material que, realmente, possa ser utilizado depois”.

Indicou a cidade de Caruaru como primeira opção em seu estado e colocou uma outra possibilidade: A cidade de Pesqueira, porque, além de uma cultura popular super diversificada, tem, também, a presença dos índios Xucurus, do cacique Chicão.

Lembrou que o governo do seu estado segue insistindo na criação de um Conselho de Cultura biônico. Neste sentido, pediu ajuda ao Colegiado e ao CNPC para que seja confeccionada uma moção sobre este tema.

Reiterou a necessidade de espaços para apresentações artísticas e dos mestres de cultura popular, bem como de contemplar mestres ainda não tão conhecidos, questionando, portanto, sobre o processo de seleção dos mestres que irão participar destes seminários.

Manzatti: Buscando finalizar a reunião, já que a organização do evento sinalizou a necessidade de encerramento, reiterou a agenda do próximo dia: “09h, no auditório da Fundação, Mesa “Convenção da Diversidade e Plano Nacional de Cultura”; 10:30h reunião com a Comissão Nacional de Folclore (dependendo da decisão que eles tomarem hoje); 14h apresentação do Américo sobre o PNC; logo depois a apresentação da Lei Griô; Plano Setorial.

Alessandro: Colocou um questionamento, direcionado ao Manzatti, sobre o orçamento da cultura popular para 2011 e, também, sobre a continuidade dos editais para este segmento.

13-07

Tarde

Manzatti: Saudou a todos e, para fins de registro, comentou, em nome do MinC, sobre a insatisfação com relação à organização e produção do evento, devido a uma série de descortesias. Em primeiro lugar, colocou Manzatti, “não houve nenhum reconhecimento dos louros do MinC no material de divulgação do evento, nem como apoiador do mesmo. Isso é uma *práxis*, uma delicadeza comum. Em segundo lugar, pela não convocação da minha pessoa para representar a Secretária Marta Porto, ontem, na mesa de abertura. Sei que isso não é uma atitude da Comissão Nacional de Folclore. Sei que esta tem diferentes olhares e compreensões políticas. Sei que isso é localizado, mas é importante fazer o registro, já que trata-se de um ato grave e que o MinC não irá desconsiderar na hora de fazer os movimentos posteriores de parcerias e construções de políticas. O MinC ressentiu-se com isso e eu, pessoalmente, me resenti, já que fiz um esforço pessoal para articular a nossa estadia aqui e sei que diversos membros do Colegiado e da Comissão também fizeram este esforço. Porém, às vezes, a resistência de algumas pessoas se sobrepõe à vontade coletiva de construir (...) Da mesma maneira eu vou desconsiderar a nossa reunião com a Comissão, para efeitos de ata, para efeitos de trabalho interno deste Colegiado, uma vez que, no meu entendimento, esta foi uma reunião da bancada da sociedade civil com os representantes das Comissões Estaduais. Este movimento é legítimo, é positivo e vocês têm todo o direito de fazer quantas vezes vocês quiserem. Porém, não podemos chamar isso de reunião do Colegiado. O Colegiado é um órgão de governo, do Conselho Nacional de Cultura, presidido pela Ministra de Estado da Cultura (...)”. Neste sentido, Manzatti afirmou que este colegiado deve ter a presença e ser conduzido por representantes governamentais, o que não ocorreu na referida reunião.

Disse estar ciente do movimento de alguns membros do Colegiado pelo rompimento. Portanto, para efeitos de reunião de Colegiado, disse Manzatti, “nós tivemos a mesa pela manhã, de 09 às 10:30 e estamos retomando agora no período da tarde”. Imediatamente passou a palavra para a Mestra Doci.

Mestra Doci: Saudou a todos e se apresentou como representante nacional da Ação Griô, como membro suplente do Fórum de Culturas Populares, como neta de Dona Menininha, que delegou a ela a missão de manter as rezas de benzedura, ser contadora de histórias e mãe de santo. Lamentou a ausência de alguns membros. Pediu desculpas por sua ausência em outras reuniões e se justificou dizendo que ela não compreendeu a importância de sua presença em tais ocasiões. Falou de sua admiração pela proposta da Lei Griô: “Eu não faço parte da ação Griô, eu sou a Ação Griô”. Em seguida, prestou uma homenagem a um grande homem que ajudou a construir este Lei, desde o seu primeiro momento, Raimundo do Ban Coma. Leu um poema de Rita de Cássia, uma griô-aprendiz. Emocionada, cantou uma música composta por Raimundo para Lei Griô.

Retomando o histórico da Lei Griô, disse que esta foi iniciada em 2008, em uma reunião de planejamento que congregou mestres do Brasil inteiro, do Amazonas até o Rio Grande do Sul (mais de 50 pessoas). Junto a estes, disse Doci, tinham, ainda, os griôs aprendizes, os coordenadores, os professores responsáveis pela educação, etc. Nesta ocasião foi pensada a importância de formular uma Lei, que pudesse fazer o diálogo entre cultura popular e educação. Foi criada, então, uma minuta que, posteriormente, foi discutida na Teia (DF), onde foram tirados alguns encaminhamentos. Neste momento, Mestre Doci pediu ajuda ao senhor Isaac, para que ele a auxiliasse na apresentação do histórico dessa Lei.

Isaac: Iniciou sua fala dizendo que ele contribuiu para a escrita da referida Lei, em 2008, quando, paralelamente à realização da Teia, a Rede Nacional de Culturas Populares estava reunida no MinC, momento em que nasceu, também, este Colegiado. Retomando o histórico da Lei, disse que a Rede se juntou aos Mestres, durante a realização da Teia, na tenda da Ação Griô e, através de uma metodologia própria desta ação, elaboraram, conjuntamente, uma carta para o então Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, em que reivindicavam a criação de uma política, de uma Lei, para os Mestres de Cultura Popular. A partir daí, disse Isaac, “fui chamado pela Ação Griô para contribuir para elaboração desta política, para a escritura desta Lei”. Para tanto, disse Isaac, “como em qualquer formulação de Lei, procuramos respaldo legal em outras legislações. Então, a gente procurou amparo legal nas convenções e tratados internacionais, tal como na Convenção da Diversidade Cultural, da UNESCO; em um tratado que trata da relação entre ciência e tradição; na Declaração de Proteção e Valorização dos Conhecimentos Tradicionais, também da UNESCO; na Constituição Federal; nas Conferências Nacionais de Cultura e, por fim, nos documentos retirados dos Fóruns de Cultura Popular”.

Mestra Doci: Complementando o dito pelo Isaac, Mestre Doci disse que foram estudados, também, os textos de leis de mestres de alguns estados, como São Paulo, Paraíba, dentre outros que aplicaram esta lei. Disse que aprendeu muito com este estudo. Falou que este texto passou por Fóruns, conferências e, durante a Conferência Nacional de Cultura, ela ganhou o Nº 32, o que significa que ela tem muito respaldo. Agora, finalizou Mestre Doci, “precisamos seguir lutando pela aprovação desta Lei no Congresso”.

Gilberto: Lembrou que o Jongo de Piquete conseguiu mil e quinhentas assinaturas, das 1 milhão e duzentas mil necessárias para sua aprovação.

Mestra Doci: Dando seqüência a sua apresentação, Mestre Doci disse que a Ação Griô estabelece uma gestão compartilhada entre mestres de cultura popular e Ministério da Cultura, com encontros anuais de planejamento e estratégias de ação, priorizando a metodologia do processo, vínculo afetivo, cultural e político.

Com todos em posse do texto da Lei Griô, a Mestre Doci, perguntou se queriam ler individualmente ou que ela lesse para todos.

Giordanna: Sugeriu, visando a otimização do tempo, a leitura individual.

Manzatti: Após consenso sobre a leitura individual, Manzatti abriu para o debate, seguindo a ordem de inscrição.

Isaac: Fez um esclarecimento aos Mestres ali presentes, referente a um convite feito, na reunião passada, pela Secretaria para que fosse apresentada a Ação Griô ao presente colegiado. Naquela ocasião, segundo Isaac, a coordenação da Ação estava com dificuldades e acabou não podendo estar presente.

Neste sentido, Isaac colocou o presente momento como oportuno para apresentação de iniciativas de criação ou de apoio à tramitação de marcos legais relacionados à preservação e proteção das Culturas Populares. Estas iniciativas são: A Lei dos Mestres, o Benefício para Mestres de Cultura Popular e a Lei Griô. Em seguida, fez uma apresentação informal sobre o conceito e o histórico dos conhecimentos tradicionais, da oralidade e, portanto, das iniciativas acima, em especial sobre a Ação Griô. Falou que o foco da Lei está na preservação dos conhecimentos, para, inclusive, garantir a soberania do Brasil, determinando as características da identidade brasileira. Falou do histórico de muitas lutas pela afirmação das identidades culturais, que chegaram ao extremo da violência física. Neste sentido, a Lei Griô seria, segundo Isaac, uma tentativa pacífica, através da educação, de preservar a memória de povos. Falou do preconceito que existe contra os analfabetos no Brasil e do secundarismo da oralidade diante dos conhecimentos escritos. Diferenciou a Lei de Mestres, que visa à sustentabilidade dos mestres, da Lei Griô, que vai além, buscando a interação entre cultura e escola e a afirmação de identidades culturais através da valorização da oralidade. Falou também sobre a atual situação desta Lei, que encontra-se em tramitação no Congresso, sendo que a mesma ainda não foi julgada por nenhuma comissão. Ressaltou que durante a tramitação no Congresso, a Lei deverá ser alterada pelas comissões, dentro deste trâmite, ressaltando o compromisso que o presente colegiado tem de acompanhar este processo.

Alessandro: Disse que a sua primeira dúvida, relativa ao lugar onde se encontra este projeto de lei, acaba de ser respondida pelo Isaac. Passando à segunda questão, colocou que agora, no momento de aprovação desta Lei, deverá haver mobilização para pressionar os parlamentares a aprovar o texto. Neste sentido, perguntou aos membros do colegiado que estão à frente deste processo se existe a previsão de uma mobilização nacional e/ou qual seria a estratégia pensada para pressionar a aprovação desta Lei.

Mestra Doci: Respondendo ao Alessandro, disse que esta discussão está sendo levada a todos os fóruns, colegiados, seminários, grupos e pessoas para que haja cada vez mais mobilização e para que esta Lei seja aprovada sem tantas modificações. Neste sentido, pediu aos presentes que conheçam parlamentares, para que ajudem neste processo.

Alessandro: Reiterou sua sugestão de que o seminário nacional seja realizado em Brasília, visando pressionar o poder público pela aprovação desta Lei, caso esta não seja aprovada até lá.

Mestre Marcos: Falou que, atualmente, existe a possibilidade de assinaturas *on-line*, aumentando o volume de assinaturas.

Ivo: Agradeceu o material entregue (relativo ao texto da Lei) e disse que, através deste, poderá divulgá-la. Contando a história de colonização do sul, ressaltou a existência de chuladores, trovadores, pajadores, danças tradicionais de origem imigrante, que não constam na Lei. Ressaltou que não está fazendo uma proposta de acréscimo, mas que está preocupado

com a integração nacional através da cultura. Esclareceu que a imagem do sul como um estado separatista, principalmente por causa da Revolução Farrupilha, onde foi criada a República Riograndense, em 1835, não ocorreu por uma vontade de se separar do Brasil, mas, sim, de ganhar independência frente a um estado imperial. O que se buscava, disse Ivo, era a república. Neste sentido, falou da necessidade de se desfazer algumas imagens do sul. Ressaltou a imagem de um estado separatista que o Brasil tem com relação ao sul dizendo que apenas na década de 70 foram construídas estradas asfaltadas ligando o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro.

Gilberto: Falou da importância deste momento, de estar escutando histórias de “nossa gente”, de membros representativos de culturas populares de diferentes regiões do Brasil, distantes fisicamente, porém, próximos em suas intenções e anseios. Falou, também, da importância dos municípios e estados, bem como de diversas instâncias governamentais, como ministérios e secretarias municipais e estaduais de educação, por exemplo, se engajarem na luta, já que a participação destes será fundamental para consolidar a Lei. Caso contrário, cairíamos, segundo Gil, no mesmo caso da Lei 10.639. Disse que não adiantaria a Lei ser aprovada nacionalmente e sua implementação não acontecer na prática, nos estados e municípios.

Giordanna: Colocou que a questão da educação sempre deve estar alicerçada na universidade, já que lá é que se formam os professores. Neste sentido, perguntou se já existe diálogo desta ação, pela aprovação da Lei Griô, com universidades e centros de pesquisa. Colocou uma outra importante discussão, ausente no texto da Lei, referente aos direitos autorais. Após estudos sobre o tema, disse que esta discussão não está presente nos segmentos de culturas populares e na própria Ação Griô. Lembrou que esta discussão já foi iniciada no grupo de discussões deste Colegiado, mas que não foi levada adiante devido a “nós não sabermos por onde começar esta discussão”. Neste sentido, terminou por expor sua preocupação com a Lei de Direitos Autorais, dentro da Ação Griô, já que grande parte dos conhecimentos tradicionais do mestres griôs não tem o devido amparo legal que garanta a sua autoria e proteção.

Mestra Doci: Disse que, realmente, a Ação Griô não tem discutido este tema.

Giordanna: Disse que, no Mato Grosso, tem visto pessoas que produzem viola de coxo e que compõe músicas, chamados de cururueiros, serem expropriados de sua arte, uma vez que o pessoal do rasquiado termina por gravar suas canções e, inclusive, levá-las para tocar nas rádios e gravá-las em CD, sem pagar por isso e sem reconhecer o seu autor de fato.

Mestra Doci: Falou que, dentro da Ação Griô, existe uma preocupação em mencionar, sempre que é cantada uma canção, ou passado um determinado conhecimento, a sua autoria. Com relação ao diálogo com universidades, Mestra Doci disse que a Ação tem buscado este contato com professores e alunos. Falou que, inclusive, tem existido uma grande produção de teses e trabalhos sobre o tema. Lembrou, também, que, através do portal da Ação Griô, existe abertura para sugestões e construções coletivas.

Mestre Marcos: Colocou que, já há alguns anos, os mestres estão trabalhando nas escolas, tanto públicas, quanto privadas, buscando sempre a divulgação desta ação. Independente de não estar aprovada a Lei e de os mestres não estarem recebendo bolsas, eles continuam com este processo de divulgação e mobilização, já que isso facilita a posterior aprovação da Lei.

Manzatti: Falou da necessária unificação das iniciativas, atualmente em Trâmite governamental ou em formulação, que buscam a valorização e reconhecimento de mestres: Lei Griô (interação dos mestres com as escolas); Lei dos Mestres (sustentabilidade dos mestres); Registro dos Conhecimentos dos Mestres, do IPHAN (que buscam a salvaguarda destes conhecimentos). Neste sentido, falou da diretriz existente no MinC, relativa à unificação, apesar das especificidades de cada um destes textos, já que o próprio Congresso, muito provavelmente, irá indicar a unificação dos marcos legais que tratem de um mesmo objeto.

Mestre Zé Rolinha: Saudou a todos e parabenizou à Mestra Doci pela apresentação. Sobre o desenvolvimento da Ação Griô dentro das escolas e universidades, perguntou como tem sido a recepção por parte dos alunos e, ainda, quis saber sobre a remuneração dos mestres envolvidos neste processo. Além disso, chamou a atenção para a dificuldade de alguns mestres em se expressar, principalmente em um contexto acadêmico, frente a professores que já estão acostumados com esta atividade. Neste sentido, sugeriu o treinamento dos mestres, visando a sua ambientação ao ambiente acadêmico.

Mestre Marcos: Agradeceu a colaboração do Mestre Zé Rolinha e ressaltou que dentro da Ação Griô os mestres não são obrigados a irem à escola ou universidade. Disse que existe um grande cuidado e respeito com os mestres quanto à preparação para a atividade de lecionar. Falou sobre o estado de encantamento, relacionado ao bem estar dos mestres frente a esta atividade, necessário para transmissão de determinado conhecimento. Esclareceu, dentro deste processo, a função dos griôs-aprendizes, fundamental para a ambientação dos mestres dentro do ambiente escolar, uma vez que eles estabelecem o primeiro contato com um determinado público escolar/acadêmico, “preparando o terreno”, segundo Mestre Marcos, para apresentação (transmissão de conhecimentos) dos mestres. Complementou sua fala dizendo que, tanto os mestres, como os griôs-aprendizes, ganham 380 reais durante 12 meses, os últimos, responsáveis por assessorar os mestres no que for preciso.

Manzatti: Pediu desculpas por interromper a discussão e solicitou o encerramento desta pauta, relativa à apresentação da Ação e da Lei Griô.

Alessandro: Falou, referindo-se à fala inicial do senhor Manzatti, que ele, Alessandro, compactuava com a opinião sobre a existência de uma retaliação por parte do evento, relativa às “indelicadezas” cometidas com relação ao MinC, especialmente com a SCC, colocando, inclusive, que outras pessoas perceberam o mesmo. Sobre a outra fala do Manzatti, relativa ao posicionamento contrário, por parte de alguns membros do Colegiado, à presença do governo na reunião feita entre o referido Colegiado e a Comissão Nacional de Folclore, assumiu sua posição contra a presença do poder público em tal ocasião, já que entendia que esta seria uma primeira reunião de contato entre as instâncias que trazem, historicamente, alguns pontos de divergência e que, diante desta situação, a presença do governo poderia potencializar conflitos. De qualquer forma, disse que a decisão acordada foi a de que o poder público poderia estar presente, já que seria uma indelicadeza solicitar a retirada de seus representantes. Ressaltou, inclusive, que, no momento da retirada do senhor Manzatti, todos protestaram, pedindo a sua permanência.

Sobre a desconsideração, por parte do Manzatti, da validade desta reunião para o Colegiado, colocou-se contrário, defendeu, portanto, a validade de tal reunião para fins de pauta do presente Colegiado. Justificou-se dizendo que “a maior parte dos membros do Colegiado estavam presentes naquela reunião (...) no momento em que foi questionado se o Ministério deveria estar presente, você, Marcelo, viu que todos pediram a sua permanência, portanto não houve retaliação naquele momento. Houve deliberações e encaminhamentos. Eu acho que a reunião deve, sim, ser incorporada na pauta da reunião do Colegiado”. Por fim, questionou se a decisão de desconsiderar a referida reunião é feita em nome do senhor Manzatti ou da SCDC/MinC e pediu o posicionamento dos demais membros do Colegiado a respeito.

Jacildo: Solicitou a ata da referida reunião. Colocou a sua opinião sobre a reunião, dizendo que a iniciativa foi positiva, mas que percebeu um desconhecimento ou descontentamento de alguns membros da Comissão com relação à atuação do Colegiado.

Manzatti: Colocou a existência de um plano de pauta do Colegiado, que, se seguido, deveria, naquele momento, tratar do Plano Setorial. Neste sentido perguntou aos membros do Colegiado se este plano será seguido ou se será aberta a discussão sobre a validade ou não da reunião entre Comissão e Colegiado.

Disse, ainda, que iria repetir o já dito, uma vez que algumas pessoas não estavam no momento em que fez o esclarecimento do porque desconsiderar tal reunião. Falou: “O Colegiado é um órgão do governo, dirigido pelo governo. Quando me foi solicitada a possibilidade de fazer uma reunião conjunta entre Colegiado e a Comissão, eu, imediatamente, aderi à idéia porque sei da importância, e é por isso que estamos aqui. Porém, não dá pra fazer uma reunião do Colegiado sem a presença do governo e sem o governo estar efetivamente conduzindo a reunião. Não foi isso que aconteceu (...) Algumas pessoas se referiram, de maneira constrangedora, à presença do governo como problemática. Se não existe presença e condução do governo, não pode ser considerada como uma reunião do Colegiado. Vocês têm toda legitimidade de fazer estas reuniões. Isso é natural. Podem acontecer várias reuniões da bancada da sociedade civil com a Comissão Nacional de Folclore. Porém, vocês não podem chamar isso de ‘reunião do Colegiado’. Eu sou o coordenador do Colegiado. Colegiado é um órgão do governo, presidido pela Ministra da Cultura e eu sou o representante da Ministra aqui. Então, se eu não posso estar lá, o Ministério não está lá. Está tomada a decisão de não considerar esta reunião como uma reunião do Colegiado. Eu não estou submetendo à votação. Está tomada a decisão. Não foi colocada a minha apreciação os encaminhamentos deliberados. Eu não participei daquilo. Eu saí daquilo, mesmo que as pessoas quisessem a minha presença (...) Eu poderia ter ido embora no momento em que o Sr. Toninho Macedo não me chamou para participar da mesa de abertura, já que eu estava representando a Secretária Marta Porto. Neste momento eu poderia ter ido embora e suspenso a reunião deste Colegiado com a Comissão. Tenho certeza que os meus companheiros de Ministério me apoiariam nesta decisão, assim como tenho certeza que me apoiarão nesta decisão de agora, de não considerar tal reunião como parte dos trabalhos do Colegiado. Se vocês quiserem discutir na lista de vocês os resultados, ata, encaminhamentos, formação de rede, tudo bem, isso é legítimo. Porém, não me peçam para incorporar isso nos trabalhos do Colegiado.”

Colocou para o grupo, em seguida, a possibilidade de abrir inscrição para discutir este ponto, superando, portanto, a pauta inicialmente acordada.

Alessandro: Colocou-se a favor de abrir a discussão sobre a incorporação ou não da reunião entre Colegiado e Comissão como parte dos trabalhos do presente Colegiado.

Rejane: Pediu desculpas por seu atraso na reunião e disse que não concordava com a prática de vir a seminários para ficar um pouco nas reuniões e sair.

Deu razão ao senhor Manzatti, quando ele falou que o Colegiado é um órgão do Ministério da Cultura, do CNPC. Porém, disse, dirigindo-se a ele, que “não pode pegar uma questão pessoal e desconsiderar o momento que a gente teve hoje de manhã. Se foi um erro nosso de pensar que o poder público não pudesse estar presente, a gente pode retomar isso e fazer uma autocrítica. Eu acho que foi um momento muito importante, apesar dos exageros e posicionamentos ofensivos (...) agora, eu achei a reunião produtiva, com diversos encaminhamentos legais, inclusive de qualificação do Colegiado perante a Comissão (...) Eu acho um absurdo, eu vou me retirar da reunião se não for considerada (a reunião entre Colegiado e Comissão) (...) Foi decidida uma agenda pra quê? A reunião entre Comissão e Colegiado não foi uma reivindicação que nasceu aqui. Isso foi um acordo entre nós e a SCDC/MinC. Isso foi uma reivindicação que agente fez na última reunião do Colegiado. Infelizmente as demandas da última reunião não foram encaminhadas. Até hoje a gente não tem uma memória da reunião do Colegiado por parte do Ministério (...) Foi dado espaço para todos falarem. Marcelo não falou porque não quis. Eu acho que ele devia ter falado, inclusive, sobre o Seminário (...) Porque algumas pessoas cogitaram do Ministério não participar, a reunião não será legítima?”

Graziela: Colocou a existência desta agenda desde Brasília. Disse: “Nós já tínhamos decidido que iríamos fazer a reunião do Colegiado junto com as Comissões Estaduais. Se houvesse alguma dúvida da participação, de que forma o Ministério estaria, essa dúvida teria que ter sido apresentada e discutida antes ou, inclusive, ontem (...) Para mim a reunião é legítima. A reunião foi definida ontem (...) A reunião aconteceu”. De forma resumida, colocou os avanços que ocorreram nesta reunião, principalmente através da fala do senhor Mazoco, referente à importância do Plano Setorial e Nacional e do Sistema Nacional de Cultura. Além disso, segundo Graziela, “a reunião foi importante para apresentação do trabalho e do nosso empenho pela criação das políticas públicas que nós estamos trabalhando (...) Nós avançamos, sim, nesta convivência com estes companheiros, que também estão a anos trabalhando pela cultura popular e pelo folclore. E isso vai-nos permitir crescer e amadurecer com relação às políticas públicas que estamos desenvolvendo”. Despediu-se de todos e disse estar de saída, devido ao horário do seu vôo.

Mestre Zé Rolinha: Disse estar de saída, devido ao horário do seu vôo. Com relação à reunião, disse que esta se encaminhou para um contexto de disputa político-partidária, dentro de um contexto de exaltação. Neste sentido, lembrou da importância de se pensar a cultura popular independente de interesses próprios. Falou também que aquele não era o espaço para reclamar do governo, como foi feito por membros da Comissão. Despedindo-se, agradeceu a todos e desejou um feliz fim de reunião. Por fim, ressaltou a importância das diárias entrarem a tempo, garantindo, assim, a presença de todos os convocados.

Mestra Doci: Solicitou ao Mestre Zé Rolinha que comunique com maior antecedência sua participação nas reuniões do Colegiado, visando à maior representação possível deste órgão. Isso porque o nordeste, diante da ausência do Mestre Zé Rolinha, poderia deixar de ser representado. Neste sentido, colocou-se à disposição para representá-lo nas ocasiões em que ele não puder estar presente, pois é sua suplente.

Jacildo: Diante da decisão tomada pelo senhor Manzatti, de não considerar a reunião com a Comissão na ata do Colegiado, registrou o seu apoio à decisão: “Eu, no seu lugar, faria a mesma coisa, tomaria a mesma decisão”. Em seguida, diante da manifestação da maioria pela validação desta reunião e da importância da mesma, contrariamente ao dito anteriormente, pediu ao senhor Manzatti que reconsidere a sua decisão, no sentido de validar, definitivamente, a reunião com o Colegiado.

Fez uma explanação de algo que sente desde o ano passado, referente à “fogueira de vaidades”. Colocou que tem sentido, cabalmente, a manifestação de algumas pessoas do Colegiado contra o Manzatti. Ressaltou o mérito do Manzatti para concretização do Colegiado, daquela reunião e para os logros das culturas populares. Neste sentido, disse: “Parece que estamos aqui fazendo política partidária, defendendo o peixe de alguém (...) Se estamos aqui pra fazer fofoca e mesquinaria, não estaremos aqui para pensar políticas culturais”. Neste sentido, denunciou a articulação que houve para boicotar a participação do Ministério, na pessoa do Manzatti, naquela reunião.

Mazoco: Reafirmou a fala da Graziela, quanto à importância daquele encontro e de sua inclusão na ata do Colegiado e, também, do Mestre Zé Rolinha, que percebeu uma luta paralela (que não dizia respeito ao Colegiado). Disse que a reunião foi a maior prova de fogo daquele colegiado: “Nenhuma seminário estadual será mais difícil do que aquela reunião (...) Para não passarmos por dissabores nos seminários estaduais, investir num seminário prévio de capacitação. O conhecimento prévio disso (os macroprogramas, por exemplo, do Plano Setorial) facilitará a nossa conversa, uma vez que o conteúdo casa com os interesses históricos de todos os que estão ali”. Falou da necessidade de traduzir as propostas levantadas (questões ligadas à Previdência, ao Turismo, à organização dos grupos, dos Direitos Autorais) e na referida reunião para ações dentro do PPA.

Alessandro: Disse: “Eu não acho que o que houve hoje de manhã foi direcionado ao Marcelo, porque o tempo inteiro nós falamos do poder público, do Ministério, e estavam presentes muito mais membros do poder público além do Marcelo”. Defendeu essa atitude, de questionamento da presença do poder público, pela delicadeza presente no primeiro encontro do Colegiado com a Comissão. Disse que este questionamento é perfeitamente natural, uma vez que isso é algo que aconteceu espontaneamente. Ressaltou que não houve formalização de tal encaminhamento e que esta não foi uma articulação do Colegiado, e sim de alguns dos seus membros. Contrapondo-se ao dito pelo Jacildo, disse não existir nenhuma tentativa de derrubar o Marcelo. Colocou que outros membros do governo permaneceram durante toda a reunião e que o Manzatti, ao se sentir sabotado através da fala de uma pessoa, decidiu sair, mas que isso não poderia significar a ausência do Colegiado naquela reunião. Assim, disse que uma pessoa não pode representar todo um Colegiado.

Adelcimar: Disse que se os encaminhamentos fossem seguidos, não estaríamos vivendo aquela situação. Falou de uma deliberação antiga referente à criação de um grupo de emails e de encontros presenciais de membros da sociedade civil. Concordando com a senhora Graziela, disse que a reunião já havia, sim, sido acordada e, como não houve manifestações por parte do governo, que esta deveria ser considerada pelo presente Colegiado.

No entanto, colocou que, se houve questionamento sobre a presença do Colegiado, que isso fosse feito dentro do Colegiado, com a presença de todos. Ao contrário, sempre pareceria picuinha.

Por fim, apesar de perceber pontos positivos na reunião do Colegiado com a Comissão, apoiou a decisão tomada pelo senhor Manzatti, de não incluir a referida reunião dentro da ata do Colegiado.

Aelson: Lamentou pelo Colegiado não ter conseguido atingir o objetivo de cumprir com os pontos de pauta e despediu-se de todos, uma vez que seu vôo estaria próximo de partir.

Fátima: Como Presidenta da Comissão Goiana de Folclore, disse que não concorda quando membros do colegiado falam que “as comissões não sabem nada (...) estou nesta caminhada há muito tempo, como o Manzatti bem sabe. A Comissão Goiana de Folclore é só mais um mecanismo. Se eu caí dentro dela, eu vou desempenhar o meu trabalho da melhor forma dentro da proposta da Comissão. Eu participei de todas as etapas da Conferência, eu sei o que o Colegiado, infelizmente não através dos representantes do Goiás”. Neste momento, questionou sobre a representatividade do estado de Goiás dentro do Colegiado. Disse estar participando da criação do Setorial de Culturas Populares, em Goiás. Colocou, também, sua felicidade quando interou-se, através da programação do evento, da existência desta reunião e que acha, sim, interessante a aproximação entre as duas instâncias. Neste sentido, manifestou a sua preocupação com a “perda” da referida reunião. Por fim, reafirmou o seu pedido por representação efetiva, dentro do Colegiado, do estado de Goiás.

Isaac: Inicialmente falou, em tom de despedida, da sua necessidade de deixar o colegiado, devido a uma viagem à Brasília, onde cumpriria agenda do CNPC. Em seguida, lamentou o não cumprimento da pauta acordada: “Infelizmente, perdemos este tempo precioso pra fazer este debate, que seria totalmente desnecessário se tivéssemos um pouco de bom senso. O Colegiado é uma pactuação entre sociedade civil e governo e que, pra existir, exige os dois lados dialogando e compartilhando. Por isso, eu acho que deve ter muita transparência e um ambiente favorável que nos permita falar francamente, mas também respeitar, de forma adequada, quem faz parte. Quero reiterar, também, que o Colegiado é uma conquista da sociedade civil, não é um favor do governo (...) O Marcelo Manzatti é um dos nomes que contribuiu decisivamente pra que este Colegiado existisse. Neste sentido, devemos ser ponderados e coerentes com esta nossa trajetória nas nossas ações e atitudes. Concordo com o que colocou a Graziela e o Mazoco (...) Se havia alguma intenção de alguém que questionava a presença do Ministério na reunião, deveria ter colocado aqui. Se não o fez, ou foi por um ato falho, ou por má fé. Se foi por má fé, tem o meu total repúdio. Eu não estou aqui, me deslocando de casa, deixando família, meus afazeres pra ficar azeitando disputas internas entre ninguém. Eu estou aqui para contribuir com a cultura popular brasileira. Aceitei a indicação de vocês para estar no Conselho, e lá ficarei até quando o Colegiado assim o quiser.

Este cargo não é meu, é do Colegiado. Espero poder contar com compreensão e nossa capacidade de articular e estar colocando tudo aqui, neste espaço”. Manifestou sua preocupação com o cumprimento dos encaminhamentos deliberados pelo Colegiado: “(...) nós dependemos muito do *feedback* que o Ministério nos dá”. Em seguida, falou do momento das políticas culturais para as culturas populares no Brasil: “Estamos em um momento crucial para consolidação das políticas culturais no Brasil e eu acho que devemos essa capacidade de colocar os interesses mais amplos à frente dos nossos interesses pessoais”.

Por fim, colocou-se à disposição dos membros do colegiado para representação deste dentro do CNPC.

Gilberto: Falou da conquista conjunta, da sociedade civil e governo, que foi o Colegiado e, passando por um breve histórico, falou de sua relação com o Manzatti: “Eu conheço o Manzatti não é de ontem ou antes de ontem. O Marcelo Manzatti não é o governo. É uma pessoa que eu acredito muito, nas coisas que ele faz. Ele entende muito bem o que é ser setor público, ser a parte privada, etc.”. Falou das guerras de vaidade dentro do Colegiado, referindo-se, provavelmente, à articulação de alguns membros para barrar a presença do governo na reunião com a Comissão. Neste sentido, falou da importância da presença das duas instâncias para que se configure uma reunião do Colegiado. Falou do regresso desta discussão, uma vez que o Colegiado poderia ter avançado na pauta, pensando estratégias para implementação do Plano. Por fim, falou do apego de algumas pessoas com as discussões do começo do Colegiado e das pessoas que entraram agora e que tem atrasado o desenvolvimento do mesmo, propondo discussões antigas.

Ivo: Usando a metáfora da onda e da espuma, disse: “Só estamos preocupados com a espuma”. Falou da importância da reunião com as comissões, para aproximação das instâncias, para apresentação das ações do Colegiado e do Plano Setorial, para, então, ver como estas comissões poderiam apoiar a sua implementação. Alertou para o cuidado com as generalizações ao se falar nas comissões estaduais. De qualquer forma, ressaltou que o propósito maior da reunião, referente à apresentação do Plano Setorial para as Culturas Populares e divulgação do Seminário Nacional, foi alcançado. Neste sentido, pediu para que os acordos e encaminhamentos realizados na referida reunião fossem incluídos na ata da reunião do Colegiado, ficando, portanto, registrada e validada esta aproximação com a Comissão.

Mestre Marcos: Agradeceu a oportunidade e cantou uma “cantiga de retirada”.

Rejane: Reiterou a validade da reunião da manhã, uma vez que foram, segundo disse, retirados encaminhamentos efetivos sobre o Plano Setorial. Falou sobre a proposição da Marley Sigristi, que incorporou, como membro da Comissão, o propósito da reunião, além de uma proposta de inserção do projeto de educação por ele formulado, para que fosse agregado às metas do Plano. Em relação à metodologia da reunião, disse que esta deveria ter sido definida em um encontro entre o Ivo, o Mazoco e a Lurdinha, na noite anterior à referida reunião. Discordando do senhor Jacildo, falou que não houve retaliação alguma contra o Marcelo. Apesar de reconhecer o mérito do Manzatti na elaboração, articulação (“inclusive instituindo a Rede de Culturas Populares”), ressaltou, também, que o Colegiado foi fruto de uma construção coletiva, de um grupo de trabalho. Neste sentido, afirmou que o Colegiado não pode ser uma conquista de uma só pessoa. Afirmou a importância de se ter “lavado roupa

suja”, não considerando, portanto, perda de tempo a alteração da pauta da reunião. Falou que desde o princípio houve modificações na pauta da reunião e que, devido ao esvaziamento da reunião naquela última tarde, o Colegiado não chegaria a trabalhar, efetivamente, com o Plano Setorial. Além disso, disse ter questionado, através do grupo de emails, sobre a metodologia a ser utilizada para abordar o Plano Setorial e que não houve respostas. Neste sentido, e já como proposta de encaminhamento, cobrou que as propostas de pauta, bem como as atas com os encaminhamentos, fossem divulgadas com maior clareza (sem se misturar a outros temas) e antecedência. Por fim, cobrou a existência de uma lista institucional de emails. Sugeriu, como outro encaminhamento, que o senhor Alessandro fizesse a lista da Comissão junto com os 30 membros do Colegiado; que os membros do Colegiado cobrassem da Simone, que é a Secretária da Comissão Nacional de Folclore, a memória da reunião; que fosse cumprida a proposta de envio do Plano Setorial para as comissões estaduais, para que possam discuti-lo.

Alessandro: Evocando os tempos de república, em contraste com os tempos de ditadura (quando não se podia falar sobre o que se sente ou se posicionar politicamente), defendeu o legítimo movimento que houve por parte de membros do Colegiado, referente ao questionamento sobre a presença do governo na reunião. Defendeu, também, que este questionamento não foi direcionado especificamente ao Manzatti, e sim à presença do poder público. Defendeu, junto com o Ivo e a Rejane, que os encaminhamentos deveriam ser incorporados à pauta do Colegiado, uma vez que foram discutidos, segundo Alessandro, pontos de interesse para a Comissão, para o Colegiado e para o próprio Ministério. “Porque foi questionada, por um momento, a presença do Ministério nesta reunião, ela não legitima a reunião? Isso não tem sentido. Nós não estamos mais vivendo a ditadura, acabou. Agente pode falar o que agente sente vontade. Não tem essa de ser o poder público. Poderia ser o Estado de São Paulo, que é quem está bancando este evento (...). O encaminhamento nem foi feito, não deliberamos sobre a participação do Ministério. Nós vivemos num Estado democrático. República. Democracia!”.

Ivo: Solicitou, uma vez mais, a inclusão da reunião com as Comissões de Folclore na pauta do Colegiado, visando, assim, a legitimação da mesma.

Jacildo: Reafirmou que, assim como o Ivo, defendeu a inclusão da reunião com a Comissão na pauta do Colegiado. Porém, tentando seguir a linha de transparência com relação aos temas de interesse do Colegiado, disse que no primeiro dia, quando estava prevista a reunião para membros da sociedade civil, exclusivamente, não apareceram os membros do Colegiado. Porém, ao final de sua fala, disse: “se não somos governo, somos o que? Como é que vamos fazer com que estas demandas sejam legitimadas, se a parte a quem interessa ouvir e executar (o governo) não vai estar presente?”.

Delcimar: Apesar de apresentar críticas quanto à organização da reunião, ao seu decorrer e ao fato de esta não ter ocorrido na segunda-feira, durante o encontro da sociedade civil, reiterou sua posição a favor da legitimação da reunião com a Comissão.

Gil: Manifestou a sua vontade de que o que foi discutido e encaminhado na reunião com a Comissão fosse incorporado e aceito pelo Colegiado. Dirigindo-se ao senhor Alessandro, esclareceu que a democracia, citada por ele, não significa a imposição do que pense uma

pessoa. Neste sentido, referindo-se à explicitação de posicionamentos políticos dos membros do Colegiado, falou da necessária abertura a outras formas de utilização da democracia dentro deste, uma vez que julga que esta não tem sido bem utilizada: “Queremos que a democracia seja cumprida com a rigidez da ditadura. Isso não pode acontecer”.

Manzatti: Referindo-se à fala dos membros do Colegiado, disse: “Diante da fala de todos, temos, de fato, pedidos para a reconsideração (da decisão de não incorporar a reunião com a Comissão na pauta do colegiado), ao mesmo tempo em que temos, por parte de praticamente todas as pessoas, pedidos no sentido contrário a isso, referente à falta de institucionalidade de tal reunião. Não vou submeter à votação, até mesmo porque não temos quórum para isso. Considero, também, que a reunião seja válida (...) Vai ter uma ata, vai circular este documento e, seguramente, vão ter desdobramentos positivos e negativos também, uma vez que existem comissões que não estavam ali, não porque não deu para não estar, mas sim por posicionamento político...”. Em seguida, traçou um panorama político das comissões estaduais do folclore, problematizando as relações políticas entre elas, com o Colegiado e, mais diretamente, com o Ministério da Cultura. Dentro deste contexto, falou da descortesia cometida pela organização do evento, fato que acarretará um comunicado oficial de desagravo por parte do Ministério. Lamentou o ocorrido, uma vez que a organização do evento, vinculada à Comissão Paulista, é a única entidade nacional constituída que deveria, inclusive, ocupar mais espaço, como o próprio espaço da CNIC, órgão que gere a maior parte da verba para a cultura (um bilhão e quatrocentos mil reais), uma vez que não existe presença, nem de representantes da Comissão Nacional, nem do Colegiado, dentro desta instância governamental, o que significa ausência de representantes da cultura popular para análise e aprovação dos projetos culturais. Comunicou que a Comissão Nacional poderia ter participado dos dois editais que houveram para participação na CNIC e que não o fizeram por uma decisão política, uma vez que foram devidamente comunicadas. Por fim, comunicou que irá bancar a sua decisão, referente à não inclusão da reunião com a Comissão dentro da ata do Colegiado, propondo-se sofrer as conseqüências desta decisão dentro do Ministério.

Rejane: Disse que esta decisão cabe ao CNPC e que ela, pessoalmente, brigará para que a reunião seja validada como parte das atividades do Colegiado.

Manzatti: Devido à escassez de tempo, sugeriu o fechamento da reunião e o retorno ao ponto de pauta, referente ao trabalho em cima do Plano Setorial, na próxima reunião ordinária do Colegiado, em setembro, numa provável reunião extraordinária em novembro ou dezembro e no espaço virtual, referente ao grupo de email da Rede de Culturas Populares.

Disse que, ao reler o Plano, ficou satisfeito de uma maneira geral: “as diretrizes, da maneira que estão colocadas, estão super alinhadas ao PPA, recém formulado pela SCDC”. Disse que este último documento encontra-se em processo de finalização e que, assim que o tiver em mãos, passará para todos os membros do Colegiado. Além disso, disse que “as atividades do Seminário também estão alinhadas com o Plano. A questão do mapeamento, da circulação dos grupos, da economia da cultura popular, enfim, uma série de pontos que são estruturantes do Plano, estão bem encaminhadas no calendário dos seminários”. Comprometeu-se em enviar o projeto do Seminário, já com a colaboração de todos, para os membros do Colegiado. Assim,

cada membro poderia levar, para os respectivos governos locais, a proposta, levantando sugestões da melhor forma em cada estado.

Mazoco: Perguntou sobre a existência do PPA e se teria como enviá-la aos membros do Colegiado.

Manzatti: Explicou o novo funcionamento do PPA e disse que este tem sido construído, dentro da Coordenação Geral de Culturas Populares e Tradicionais, utilizando-se dos Planos Setoriais. Em seguida falou do trâmite legal, relacionado à aprovação da LDO, para aprovação do PPA. Por fim, falou que as demandas do Colegiado têm sido consideradas, sim, tanto na formulação do PPA, quanto nas demais ações da SCDC/MinC.

Rejane: Fez um apelo aos colegas para que eles leiam o Plano, e outro apelo, direcionado ao Manzatti, pela criação de uma lista institucional.

Alessandro: Perguntou sobre o orçamento da cultura para este ano e sobre a continuidade dos editais.

Manzatti: Disse que, para a SCDC/MinC, existe a autorização para que se gaste 23 milhões. Além disso, há mais recursos do Fundo Nacional e outros dinheiros comprometidos no valor de 33 milhões, somando um total de 56 milhões. Disse que o valor atual da dívida da SCDC/MinC é de 85 milhões e que, diante desta situação, o Ministério está pensando em como lidar com esta dívida sem paralisar o governo, dentro da SCDC/MinC. Falou sobre os editais lançados e ainda não pagos, como os premiados pela Ação Griô, os selecionados do Prêmio Culturas Populares, os Pontinhos, etc. Falou dos editais do PROCULTURA, especificamente do Prêmio Patativa do Assaré, que foi lançado sem lastro de dinheiro. Sobre o Prêmio Culturas Populares de 2009, Manzatti disse que já foi solucionado, uma vez que existe sinalização positiva de Furnas para financiar tal projeto através da Lei Rouanet. Neste sentido, solicitou ajuda dos membros para o esclarecimento, no sentido de pedir um pouco mais de paciência dos mestres selecionados, esclarecendo, enfim, a situação.

Rejane: Apesar de se botar à disposição para esclarecer aos mestres que estiverem ao seu alcance, cobrou do Ministério um posicionamento formal, através de uma carta, comunicando a resolução do problema.

Manzatti: Disse que as cartas estão sendo elaboradas, já comunicando a sinalização positiva feita por Furnas, porém, que as mesmas deverão seguir o trâmite burocrático interno, de acordo com a Lei. Discorreu mais detalhadamente sobre a situação financeira da SCDC/MinC e as possíveis estratégias para não paralisar os projetos, solução encontrada na Lei Rouanet, em sua maioria. Neste sentido, pediu aos membros do Colegiado para que, no momento de comunicar sobre a realização dos seminários, que o façam sempre ressaltando as dificuldades financeiras para sua realização, já que, apesar da equipe da SCDC/MinC estar empenhada, a sua viabilização financeira ainda não está fechada. Por fim, discorreu mais detidamente sobre os Pontos de Cultura Indígenas: “Estamos fazendo um trabalho no sentido de resolver o pagamento dos Pontos de Cultura Indígena, que estão na mesma situação de todos os outros projetos que ainda não foram pagos, porém, o pessoal acionou o Ministério Público. Eles mandam dez cartas por semana para a Ministra, que encaminha para mim. Eu tenho que ficar

redigindo respostas formais para eles. Agora, depois de terem acionado o Ministério Público, que controla o executivo, eu tenho que parar tudo o que estou fazendo para conversar com o Ministério Público. A gente tinha um pacto: ‘parem de mandar os email para cá para podermos resolver o problema’. Romperam o pacto e acionaram o Ministério Público. Eu tenho que ficar brigando com a justiça, em vez de resolver o problema de fato”.

Falou sobre sua agenda, que está super corrida e, também, sobre o tempo lento do governo. Neste sentido, disse que a ata da reunião passada ainda encontra-se em formulação e que, até o momento só existe a transcrição das falas. Esclareceu que o CNPC contratou uma empresa, que é a responsável por este trabalho e que, devido a antecipação da presente reunião (que é extraordinária), não foi possível entregar a ata anteriormente. De qualquer forma, ressaltou que tal empresa tem trabalhado dentro do acordo (contrato) firmado com o CNPC.

Alessandro: Questionou que, no mês de abril, o Ministério do Planejamento teria deliberado para o Ministério da Cultura 230 milhões. “Isso chegou a fazer ruído?”, perguntou Alessandro.

Manzatti: Respondeu dizendo que isso é recurso do Fundo Nacional de Cultura. Os editais lançados em 2010 tinham a expectativa de que o Fundo recebesse 800 milhões de reais, disse Manzatti. Porém, ressaltou, essa cifra caiu para 200 milhões.

Jacildo: Perguntou se já poderia ser feita a divulgação dos seminários.

Manzatti: Respondeu que a articulação já poderia ser iniciada, porém, ressaltou o cuidado de não divulgar a realização dos mesmos como algo certo, gerando expectativa que, por ventura, podem não serem cumpridas. Neste sentido, falou que ele estará comprometido em articular com estados e municípios para potencializar estes seminários (“criando terreno fértil para implementação de políticas para as culturas populares, implementação do Plano Setorial, lançamento de editais, criação de fórum de cultura), principalmente para que sejam criadas alianças em gestões em que o governo não tem boa entrada, ou não tem boa estrutura para as culturas populares.

Alessandro: Reafirmou que, apesar do Colegiado ser composto por sociedade civil e governo, os membros do colegiado podem manifestar suas opiniões sobre a presença ou não dos representantes do governo em alguns encontros.

Manzatti: Respondendo à fala do senhor Alessandro, pediu para que não se falasse em Colegiado quando o governo não estiver presente. Sugeriu que as reuniões dos membros do Colegiado sem a presença do governo sejam chamadas de “reuniões da bancada da sociedade civil”. Falou que, inclusive, este encontro dos membros da sociedade civil, foi previsto neste encontro. Que isso era legítimo e normal.

Alessandro: Solicitou, por fim, à senhora Aline, representante do CNPC, a melhoria com relação às passagens e diárias.

Manzatti: Esclareceu que, desta vez, o CNPC não teve culpa, uma vez que as passagens e diárias foram providenciadas pela SCDC/MinC. Por fim, declarou encerrada a reunião.